

ARTIGOS – POLÍTICAS PÚBLICAS/Educação Profissional

A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E A FORMAÇÃO PARA O TRABALHO

PROFESSIONAL EDUCATIONS AND TRAINING FOR WORK

Liliane Silva Penã Oliveira¹
 José Vinicius da Costa Filho²
 Lúcio Angelo Vidal³
 Geison Jader Mello⁴

RESUMO: O presente artigo aproxima a política educacional e o processo de formação do trabalhador no Brasil. Logo, o objetivo geral analisa pontualmente a intersecção entre a Educação Profissional com a formação para o trabalho. A metodologia qualitativa utilizou-se das ferramentas de análise documental e revisão bibliográfica. Em termos gerais, este trabalho contribuiu com o debate proposto e os achados apontam que: i) a transformação da EP no período analisado possui pontos de contato salientes com a formação pretendida para o trabalhador no Estado Brasileiro; ii) o desenho institucional da política pública em questão revela como se dinamizou em cada momento analisado a dialética existente entre o interesse do trabalhador e o interesse do capital, geralmente priorizando esse último.

PALAVRAS-CHAVE - Educação Profissional, formação profissional, trabalho, Educação Profissional e Tecnológica.

ABSTRACT: This article approaches educational policy and the process of training workers in Brazil. Therefore, the general objective punctually analyzes the intersection between Professional Education and training for work. The qualitative methodology used the tools of document analysis and bibliographic review. In general terms, this work contributed to the proposed debate and the findings indicate that: i) the transformation of PE in the analyzed period has salient points of contact with the intended training for workers in the Brazilian State; ii) the institutional design of the public policy in question reveals how

¹Discente do Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) ofertado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT), Campus Cuiabá - Cel. Octayde Jorge da Silva. Especialista em Administração Pública e Gestão Estratégica em EAD pelo Centro de Ensino Superior Dom Alberto, Graduada em Matemática pela Universidade do Estado de Mato Grosso. Assistente em administração no Instituto Federal de Mato Grosso. Pontes e Lacerda, MT, Brasil.

² Docente do Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) ofertado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT), Campus Cuiabá - Cel. Octayde Jorge da Silva. Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco (2019). Professor no Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT do Instituto Federal de Mato Grosso. Cuiabá, MT, Brasil.

³ Docente do Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) ofertado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT), Campus Cuiabá - Cel. Octayde Jorge da Silva. Doutor em Física Ambiental pela Universidade Federal de Mato Grosso (2012). Professor no Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT do Instituto Federal de Mato Grosso. Cuiabá, MT, Brasil.

⁴ Docente do Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) ofertado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT), Campus Cuiabá - Cel. Octayde Jorge da Silva. Doutor em Física Ambiental pela Universidade Federal de Mato Grosso (2013). Professor no Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT do Instituto Federal de Mato Grosso. Cuiabá, MT, Brasil.

the existing dialectic between the worker's interest and the capital's interest was streamlined at each analyzed moment, generally prioritizing the latter.

KEYWORDS - Vocational Education, professional qualification, work, professional and technological education.

INTRODUÇÃO

A Educação Profissional (EP) ao longo dos anos passou por muitas transformações, desde o seu início até os dias atuais várias foram as deliberações, debates, retrocessos e avanços históricos e políticos. Nessa perspectiva, observa-se que a formação para o mundo do trabalho precisa de avanços ainda mais significativos quando se trata dos elementos constitutivos que levariam à formação humana do trabalhador.

O objetivo desta pesquisa é refletir acerca da intersecção entre a EP e a sua relação com o processo de formação do indivíduo para o mundo do trabalho, abordando pontualmente o processo histórico dessa relação desde os seus primórdios até a contemporaneidade.

Metodologicamente o artigo é qualitativo e faz uso das ferramentas de análise documental das políticas públicas da EP durante o período de interesse, bem como revisão bibliográfica para sustentar a base teórica, a contextualização do objeto e realizar a aproximação proposta entre a EP e o processo de formação do trabalhador.

A justificativa se pauta por três aspectos. O primeiro é empírico, particularmente, analisar a intersecção da educação profissional e o mundo do trabalho. O segundo é teórico, o estudo se alinha a agenda que pesquisa a EP no Brasil (TARFID, 2013; FRIGOTTO, 2007; FRIGOTTO, 2018). O terceiro é metodológico, no caso, o desenho de pesquisa se mostrou a que melhor atende aos objetivos propostos nesta pesquisa.

Assim, a próxima seção discute a EP e a formação do indivíduo para o trabalho, sua missão e demais características. Enfatiza-se as mudanças que ocorreram ao longo dos programas de governo, que inicialmente buscou formar o cidadão com competências para atender o mercado emergente do sistema capitalista, ocorrendo uma sensível mudança dessa premissa quando da criação dos Institutos Federais. A seção seguinte aborda o papel da rede federal de ensino, através dos Institutos Federais, que tem como premissa a Educação Profissional. Por fim, as considerações finais agregam os principais achados da pesquisa.

METODOLOGIA

Este artigo trata de uma pesquisa qualitativa, pois conforme entendimento de Gerhard e Silveira (2009) se preocupa com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização etc. Os procedimentos metodológicos utilizados têm como base o intuito de examinar e compreender o teor das fontes primárias e secundárias, dessa maneira, foram instrumentalizadas as ferramentas metodológicas de análise documental e revisão bibliográfica.

Em relação à análise documental buscou-se compreender o teor de documentos de interesse, e deles, obter as mais significativas informações, conforme o problema apresentado (JUNIOR; OLIVEIRA; SANTOS; SCHNEKENBERG, 2021). Desta

maneira para a realização desta pesquisa faz-se o uso das ferramentas de análise documental das políticas públicas da Educação Profissional do período pesquisado.

Fez-se uso, também, da ferramenta metodológica de revisão bibliográfica que é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos (GIL, 2002), na busca de contextualizar o objeto e realizar a aproximação entre a EP e a formação para o mundo do trabalho.

REFLEXÕES DA INTERSECÇÃO ENTRE A EP E A FORMAÇÃO PARA O TRABALHO

A Educação Profissional

Historicamente, pode-se afirmar que com o desenvolvimento das universidades modernas, a partir do século XIX, estas passaram a ter a missão de formar profissionais cuja prática se baseia nos conhecimentos advindos da pesquisa científica, estando a profissionalização intimamente ligada à universalização, inclusive para o ensino (TARFID, 2013). Desta forma compreende-se que:

A profissionalização do ensino induz a uma visão reflexiva do ato de ensinar: o ensino não é mais uma atividade que se executa, mas uma prática na qual devemos pensar, que devemos problematizar, objetivar, criticar, melhorar. (TARFID, 2013, p. 561)

A noção de trabalho foi “se construindo e reconstruindo ao longo da história das sociedades humanas, variando de acordo com os modos de organização da população e da distribuição da riqueza e poder” (MANFREDI, 2002, p. 34), desta forma A EP no modelo capitalista ganha impulso a partir da Revolução industrial, que aconteceu na Inglaterra, fato este que deu origem a vinculação entre educação e trabalho.

Contribuindo nesse debate, Frigotto (2007) defende que a modernidade alterou o vínculo entre trabalho produtivo e educação com advento do capital, pois compreende que a produção se rende ao mercado, assumindo para si mesma a organização da produção e as suas relações de trabalho e capital. O capitalismo passa a determinar regras sobre valores, ideias, teorias, símbolos e outros.

No Brasil a EP se constituiu normativamente em 1909, através do Decreto-Lei nº 7.566, que institui a educação profissional com os objetivos de capacitação para atender ao crescente desenvolvimento industrial.

No ano de 1910, houve a criação das Escolas de Aprendizes Artífices (EAA), em resposta à demanda social expressa pelo desamparo dos trabalhadores e de seus filhos e também pela ausência de uma política efetiva nessa área.

Em 1959 foram constituídas as escolas técnicas federais como autarquias, a partir de escolas indústrias e técnicas mantidas pelo Governo Federal, sendo atualmente as escolas que constituem a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cujas instituições passam a ter autonomia didática e de gestão, com finalidade de intensificar a formação de mão de obra técnica, indispensável e urgente frente a aceleração do processo de industrialização.

Transformam-se, em 1978, as Escolas Técnicas Federais do Paraná, do Rio de Janeiro e de Minas Gerais em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs),

pela Lei nº 6.545, de 30 de junho. A partir deste momento são conferidas aos CEFETs a atribuição de formação de engenheiros de operação e tecnólogos.

A inclusão no debate e o surgimento da EP na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) se deu em 1995, quando o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso deu impulso e trouxe o assunto novamente para a discussão sobre a reforma da formação técnico-profissional (NEVES; PRONKO, 2008).

Naquele momento, o foco era a versatilidade do trabalhador, cuja finalidade não era apenas de adquirir uma formação profissional, mas uma capacitação mais abrangente e geral, tornando o trabalhador detentor de conhecimentos que trouxessem possibilidades para a promoção de autonomia e liberdade. Sendo necessário que o capital passasse a dar um treinamento ao trabalhador diferente daquele realizado no período fordista⁵, onde se levava apenas em consideração a organização do trabalho e da produção (NEVES; PRONKO, 2008).

Para Chesnais (2005), com a inclusão da EP como modalidade educacional da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), pelo ponto de vista técnico percebe-se a importância dada pela burguesia à adaptação da força de trabalho às exigências do mercado de trabalho em tempos de finança mundializada. Por sua vez, do ponto de vista ético-político responde estrategicamente às reivindicações históricas da classe trabalhadora pela luta por seus direitos à educação, formação e trabalho.

A EP foi estruturada e foram criados três níveis de cursos para esta modalidade de ensino: básico, técnico e tecnológico. A partir do ano de 2004, o Ministério da Educação passa a dedicar-se ao plano de fortalecimento dessa política pública, com a missão de inclusão de jovens e adultos no mercado de trabalho e a formação de técnicos para contribuir com o novo modelo de desenvolvimento brasileiro, baseado no mercado de trabalho, através da Resolução CNE/CEB nº 1/2004. A Resolução definiu diretrizes nacionais para estágios supervisionados de estudantes de educação profissional e de ensino médio.

A Educação Profissional e Tecnológica e o trabalho: Institutos Federais de Educação, Programas de Governo e a formação do trabalhador

O germe da EP no Brasil ocorre no início do século XX, com a criação das EAA, passando por várias transformações até o ano de 2008. A partir da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, a EP agregada ao conceito Tecnológico, no caso a Educação Profissional e Tecnológica (EPT), se consolida a partir da criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT).

As escolas de EPT nascem com uma proposta diferente da premissa apontada na subseção anterior, pois nesse momento persiste a preocupação com a responsabilidade de geração de saberes flexíveis e coletivos, baseados nas novas formas de organização produtiva do país e nas inovações tecnológicas presentes no mundo de trabalho.

Em seu artigo 6º, inciso I ao III, da Lei nº 11.892/2008, os Institutos Federais têm por finalidade:

⁵ modo de produção em massa baseado na linha de produção idealizada por Henry Ford.

- I - Ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;
- II - Desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;
- III - promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão; (BRASIL, 2008, online).

O RFEPCCT, traz como fruto da política um novo modelo em EPT – Concepções e Diretrizes (BRASIL, 2010, p. 14):

[...] traz em essência uma responsabilidade social – tradução das forças sociais que representa – como fio condutor de suas ações. A dimensão ideológica do atual governo, na verdade, faz aflorar um descompasso entre a trajetória das instituições federais de educação profissional e tecnológica e da própria educação profissional como um todo e o novo projeto de nação: se o fator econômico até então era o espectro primordial que movia seu fazer pedagógico, o foco a parte de agora desloca-se para a qualidade social.

Durante o primeiro e segundo governo Luiz Inácio Lula da Silva, no âmbito da Educação, os IFs passaram a ser um dos modelos inovadores de formação para o trabalho em seus mais diversos níveis e modalidades, cuja promessa se baseava na contribuição para o desenvolvimento socioeconômico e humano do Brasil. Os Institutos Federais representavam o acesso a um ensino público de qualidade e gratuito para a classe trabalhadora.

Gramsci (1982) traz que a categoria trabalho é a forma própria pela qual o homem participa ativamente na vida da natureza, buscando transformação e socialização de maneira mais profunda e extensa, ganhando centralização e tornando princípio sobre o qual o processo educativo é desenvolvido. Para o pleno desenvolvimento do novo modelo que representa a EPT, faz-se necessária a compreensão do trabalho como princípio educativo, pois, essa concepção faz parte do vértice que da citada política pública de educação.

Essa foi uma época de fortalecimento e desenvolvimento da EPT, um germe plantado que tem, ainda hoje, um potencial de transformar de maneira emancipatória a formação humana do indivíduo no Brasil, a partir da concepção do ensino integral, da omnilateralidade e da politecnia, conceitos que não necessariamente se fundiam, mas contribuem sinergicamente para a estruturação de um sistema com algum viés contra hegemônico.

Em 2011, uma nova etapa de expansão foi iniciada na RFEPCCT, com a construção de 208 novas unidades e com o fortalecimento dos marcos legais da política da EPT. Com a Lei nº 11.892/2008. Nesse período surge e ganha centralidade o PRONATEC (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego), voltado ao atendimento e inserção de jovens e adultos no mercado de trabalho.

As mudanças com a criação do PRONATEC, de acordo com Frigotto (2018), é a priorização de uma tendência regressiva para a formação do trabalho simples, trazendo o rompimento com a concepção de educação enquanto prática social e de trabalho enquanto princípio educativo.

Já em 2019 observa-se proeminência mais acentuada do papel do mercado/capital na política pública da EPT, no caso, o Governo Federal, através do Ministério da Educação realizou o lançamento do programa Novos Caminhos da Educação Profissional e Tecnológica que amplia o acesso à educação profissional e tecnológica, fortalecendo o uso de novas tecnologias e promoção de ações voltadas ao alinhamento da oferta com as demandas do setor produtivo (MEC, 2019). Segundo o governo, o citado programa tem como objetivo gerar mais oportunidades, empregos, renda e novas tecnologias

Alguns dos eixos apresentados pelo programa Novos Caminhos no site institucional demonstram de forma mais evidente os interesses do capital recuperando sua influência na EP ao alterar a EPT, conforme segue: a gestão e resultados; inovação e empreendedorismo; articulação e fortalecimento (MEC, 2019). Ademais, o programa estabelece novas diretrizes voltadas à formação docente e ampliação de matrículas em cursos profissionais e técnicos (BENTIN; MANCEBO, 2020).

No site institucional do Ministério da Educação, página “Novos Caminhos”, é possível averiguar que o programa é definido como um fator imprescindível para o crescimento econômico, e um diferencial na competitividade. Quanto a oferta de cursos de Educação Profissional e Tecnológica deve estar articulada à política de geração de emprego e renda e alinhada às demandas do setor produtivo. Devendo ainda estimular o desenvolvimento contínuo de soluções técnicas e tecnológicas para fazer frente às demandas internas e aos fluxos crescentes de competitividade no cenário nacional e internacional – comprometida, assim, com o dinamismo, o empreendedorismo e a prosperidade do país.

Portanto, o programa Novos Caminhos aprofunda modificações de aspectos institucionais da política pública da EPT no sentido de atrelar novamente a EP às necessidades do mercado/do capital. Lembrando que a EPT foi cunhada inicialmente com a finalidade oposta a essa, no caso, visava atender principalmente a formação humana do indivíduo para o mundo do trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do artigo buscou refletir pontualmente acerca da intersecção entre a EP e o processo de formação do indivíduo para o mundo do trabalho, o que foi atendido pela pesquisa na medida em que o processo histórico e marcos legais dessa política pública foram colocados em evidência.

Assim, os achados apontam que: i) a transformação da EP no período analisado possui pontos de contato salientes com a formação pretendida para o trabalhador no Estado Brasileiro; ii) o desenho institucional da política pública em questão revela como se dinamizou em cada momento analisado a dialética existente entre o interesse do trabalhador e o interesse do capital, geralmente priorizando esse último.

Por se tratar de um artigo que apresenta uma primeira no tema, persistem eventuais fragilidades no refinamento do debate teórico e sua apropriação pela pesquisa, contudo, que não inviabilizam as reflexões desenvolvidas.

Considerando o debate realizado e os resultados alcançados pelo estudo, propõe-se como agenda futura um maior aprofundamento acerca da EP e da EPT, bem como realizar esforços que coloquem em destaque o trabalhador (egresso) que foi atendido na RFEPCT.

REFERÊNCIAS

BENTIN, Priscila Caetano; MANCEBO, Deise. **“Novos Caminhos” e a formação para o trabalho nos Institutos Federais**. RTPS - Revista Trabalho, Política e Sociedade. Vol. 5º, nº 08, p. 159-174, jan.-jun./2020.

BRASIL. Decreto-Lei nº 7.566, de 23 de setembro de 1909. **Cria nas capitais dos Estados da República Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito**. Brasília, 1909. Disponível: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7566-23-setembro-1909-525411-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 13 de nov. 2022.

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. **Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências**. Brasília, 2008. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm . Acesso em 19 de ago. 2022.

BRASIL. **Um novo modelo em Educação Profissional e Tecnológica - Concepção e Diretrizes**. Brasília: Ministério da Educação. Secretária de Educação Profissional e Tecnológica, 2010. 43 p. Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6691-if-concepcaoediretrizes&category_slug=setembro-2010-pdf&Itemid=30192 . Acesso em 19 de ago. 2022.

CHESNAIS, François (Org.). **A Finança Mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências**. São Paulo: Boitempo, 2005.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Apresentação. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: relação com o ensino médio integrado e o projeto societário de desenvolvimento**. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2018, p.7-14.

FRIGOTTO, G. **A relação da educação profissional e tecnológica com a universalização da educação básica**. *Educação e Sociedade*, Campinas, vol. 28, n. 100, Número Especial, p. 1.129-1.152, out. 2007.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo, SP: Atlas, 2002.

GRAMSCI, Antônio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

JUNIOR, Eduardo Brandão Lima; OLIVEIRA, Guilherme Saramago; SANTOS Adriana Cristina Omena; SCHNEKENBERG, Guilherme Fernando. **Análise Documental como percurso metodológico na pesquisa qualitativa**. V. 20, nº 44. Cadernos da FUCAMP, 2021.

MANFREDI, Silvia Maria. **Educação profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

MEC. **Novos Caminhos: Educação Profissional e Tecnológica gerando mais oportunidades, emprego, renda e novas tecnologias**. Brasília (DF), 2019. Disponível em <https://novoscaminhos.mec.gov.br/index.php>, acesso em 27/08/2022.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley; PRONKO, Marcela Alejandra. **O Mercado do conhecimento e o conhecimento para o mercado: da formação para o trabalho complexo no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: EPSJV, 2008.

TARFID, Maurice. **A profissionalização do ensino passados trinta anos: dois passos para frente, três para trás**. Educação Soc., Campinas, v.34, nº 123, p. 551-571, abr.0jun. 2013. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em 18 de ago. 2022.